

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e um de Junho do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1.DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1.SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTARQUICOS E ARQUIVO -----

----- 2. Serviço de Segurança Integrada - Fornecimento de Serviços -----

----- - Consulta Prévia -----

----- - Elementos para Aprovação -----

----- 1.2 DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 SECÇÃO DE CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA

----- 8. Pedido de Substituição de Depósitos de Reforço de Caução para Seguro de Caução -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA-----

----- 9. Conservação e Reparação de Estradas e Caminhos Municipais (Freguesia de Arazede)-----

----- - Trabalhos a mais-----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 5. Publicação facsimilada dos Forais de Montemor-o-Velho-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara propôs que a Autarquia manifestasse junto do Senhor Ministro da Administração Interna, a intenção de Montemor, até porque tem condições logísticas, e infra - estruturais nesse âmbito, fosse considerado como uma Sede de Destacamento da GNR.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Significava que Montemor deixasse de depender do Comando de Cantanhede e passasse a ser uma sede de Comando que ficaria coordenador, não só do Concelho de Montemor, como da zona do Paião, Maiorca, Quiaios, e quando fosse criada como está perspectivado na Granja do Ulmeiro, uma extensão da GNR, isto tudo ficasse sob a superintendência de Montemor-o-Velho. -----

----- Isto significaria a criação de um Corpo mais amplo, com mais recursos, com maior preponderância na segurança do Cidadão e da nossa vida diária, que pensa ser fulcral. ----

----- Mais disse que, já tinha tido conversas preliminares com o actual Senhor Comandante da GNR, já tinha abordado o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, para este assunto e iria dirigir uma missiva, em nome do executivo, ao Senhor Ministro da Administração Interna, sabendo também, de antemão, que as próprias chefias militares, neste caso da GNR, já o têm feito no interior hierárquico. Por outro lado pensava que se estaria ganhar um espaço dentro daquele conjunto que tem falado, de criar um Centro de Socorro no Baixo Mondego.-----

----- Era neste sentido que apresentava esta proposta e a submetia à aprovação da Câmara. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, quase que considerava a proposta apresentada, como uma homenagem ao papel e à competência do actual Comandante da GNR. Esperava que se isso viesse a acontecer quem vier chefiar esta zona de intervenção, seja tão competente, tão conhecedor, quanto o actual Comandante da GNR. Desde que se recordava, terá sido o melhor Comandante que passou por Montemor, até hoje. -----

----- Disse ainda que, o actual Comandante, era de uma competência, de uma elegância, em termos de relacionamento e a todos os níveis, não conheceu até hoje ninguém como ele.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara informou que, tinha tido uma reunião com o Fundo de Turismo, ainda sobre o tema Pista de Remo - Centro Náutico e a questão relacionada com a Coup de La Jeunese.-----

----- Em relação ao investimento e como os senhores vereadores estavam recordados, o ex-Secretário de Estado do Turismo Dr. Victor Neto, na saída do Governo anterior, tinha feito

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

um despacho, em que concedia à Pista de Remo de Montemor, cerca de cem mil contos, enquadramento legal, que só mais tarde veio a ser concretizado e que era o chamado PIQTUR, e que neste momento ainda estava a receber o aval da União Europeia, em termos da Comunidade em Bruxelas. Significava que, em termos burocráticos, até ao dia cinco de Agosto decorre o prazo para o pronunciamento, por parte de Bruxelas, daquela proposta do Governo Português. -----

----- Significará, que em termos concretos, a sua aplicabilidade não poderá ter o retroactivo, que o próprio projecto em si significa. Como havia um direito adquirido por parte do município, o Presidente do Fundo de Turismo, solicitou uma reunião conjunta, para equacionar aspectos de encaixe, em termos jurídico-legais e em termos do projecto, como é que iriam possibilitar a recepção daquela verba. Com base nisso, e depois de terem uma reunião, que considerava extremamente proveitosa e gratificante, tinha surgido a hipótese, e estava já, juntamente com os serviços, a dar algum andamento àquela matéria. Dado que ia aparecer uma nova legislação, e depois de transmitir ao Presidente do Fundo de Turismo, qual era o faseamento do projecto e sobretudo, qual era a preocupação deste executivo, de que poderiam equacionar duas hipóteses: -----

----- A primeira, que não abonava, mas que era possível, era que se quisessem já o dinheiro, ele sairia de uma componente do Orçamento de Estado, através de receitas nacionais. -----

----- A segunda, e aquela que tinha contraposto, e à qual tinha visto muita receptividade por parte do Fundo de Turismo, era a de aproveitar a oportunidade para fazer mais investimentos na Pista, com o compromisso de serem um pouco mais rigorosos naquela matéria. -----

----- Tinha solicitado ao Eng.º Argel e ao Eng.º Miranda, que fizessem um levantamento num curto espaço de tempo, do que poderia ser feito naquele momento, em termos de pavimentação betuminosa, em termos de ajardinamento, em termos de plantação de arborização. Achava que se tivessem oportunidade de em vez de irem buscar cem mil contos ao Turismo, puderem ir buscar cento e cinquenta mil ou mesmo duzentos mil contos, poderiam colmatar com os cinquenta ou cem mil contos a mais, o avanço para uma outra fase do projecto que considerava nevrálgica, para que a infra-estrutura tenha uma visão, não só de competição, mas também de algum enquadramento paisagístico. -----

----- Em relação à Coup de La Jeunesse, tinha sido claro na reunião que tinha tido que aquela prova, podia e devia ser apoiada, e teriam que salvaguardar a opção que pretendiam dar à mesma. Se lhe derem uma componente privilegiada de divulgação, em

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

termos de contexto, se for demasiado nacional, irão à Direcção Geral de Turismo apresentar uma candidatura pensando que iria ser bem suportada, porque à partida com o condicionalismo da própria autarquia, que estava disponível para participar nos custos, pelas entidades já consultadas e que manifestavam disponibilidade para participar, julgava ser uma salvaguarda proporcional em termos do valor do investimento, que permitia desde logo que o despacho fosse prioritário. -----

----- Se quiserem e conseguirem obter uma visualização da prova, em termos de um contexto mais internacional, então deveriam recorrer também ao ICEP, em termos de uma promoção externa e de uma garantia de um apoio, como um evento promocional do País no exterior. -----

----- Mais disse que, iriam fazer uma candidatura múltipla, e depois terão que defender com justificativos, quando forem contrapostos. -----

----- A proposta seria, se tivessem hipótese, na parceria com o Fundo de Turismo, avançarem com algum arranjo das infra-estruturas anexas. Iria privilegiar a zona de circulação rodoviária, de estacionamento, de espaços verdes. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo ficar muito feliz, com a perspectiva apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, porque também lhe parecia, e ao Partido Socialista que tinha estado atento a assistir ao que se estava a passar com a Pista de Remo, que estavam todos muito ansiosos e muito reivindicativos. Já tinha ouvido sentimentos muito diversos, e era unanime, da parte de toda a população a validade do plano de água, que era excelente. Sabiam que haviam problemas que era preciso resolver, e o inspector da Coup e da FISA tinha sido moderado, pedagógico e tinha tentado ser construtivo, no sentido de encontrar uma solução para os problemas que decorriam de conflitos, entre o dono da obra e o projectista, mas o que notava era por um lado, a reclamação quanto ao pó, especialmente não cortando o transito na margem direita. Como o vento predominante era de Noroeste, o que acontecia era que, quando passava uma viatura na margem direita, o pó caía em cima dos atletas. -----

----- Outra questão, era a da envolvente, uma vez que as máquinas lá andavam a trabalhar e era impossivel controlar o pó. Com o vento que tinha estado, tinha ficado comprovado que o plano de água era magnífico e não tinha sofrido quase nenhuma alterações. Era impossivel a realização da prova em qualquer outro ponto do País, com o vento que tinha estado naquela altura e ali não tinha havido nenhum problema. -----

----- Era também importante o comércio do Concelho de Montemor ser "agressivo", porque chegavam ali pessoas de todo o País, que não conheciam Formoselha, nem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

Montemor, por exemplo, e só era possível que ocorressem ao comércio local se houvesse informação. Considerava muito importante, terem estado milhares pessoas do Concelho e arredores, não tinham sido só "forasteiros", e também o clube local ter alcançado três títulos nacionais, especialmente um ao nível da elite. -----

----- Mais disse que, quanto à questão que tinha sido colocada, gostaria de lembrar ao Senhor Presidente da Câmara, do estudo de requalificação ambiental, poderia ser uma pista para o que era necessário fazer. Havia dois aspectos complicados: um, era a Vala da Cova e outro, era as infestantes que iriam povoar a pista muito rapidamente se não se tomassem precauções. Havia tipologias de plantas, que eram normalmente colocadas naqueles plano de água, e que eram predadores das infestantes e que faziam a reconversão, a oxigenação da água. Pedindo apoio a biólogos, químicos, etc. conseguia-se atenuar fortemente. Era importante haver uma entidade que tomasse conta do processo e que tivesse uma visão de gestão da Pista um pouco diferente. -----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado dizendo que, em relação à sinalética não tinha havido sinalética para o trânsito automóvel, porque a Federação de Remo que tinha assumido essa responsabilidade não o tinha feito, mas que a partir daquele momento iria ser colocado, nomeadamente na Lavariz, no sentido Coimbra - Figueira e vice-versa e depois no cruzamento da ponte para Formoselha e Santo Varão, a indicar a própria Pista. -----

----- Em relação ao desafio do comércio, estavam a acautelar já para o fim de semana da Coup, quer consultando a Associação Comercial, quer o Posto de Turismo, quer fazendo uma listagem dos restaurantes da vila de Montemor e das freguesias limítrofes, no sentido de poderem dar às pessoas a possibilidade de poderem nas duas horas que havia para almoço, desfrutarem da gastronomia local e também do comércio.-----

----- Disse ainda estarem confirmados os dez países da Coup, que irão ter: Áustria - dezassete atletas; Bélgica - treze atletas; Espanha - vinte e sete atletas; França - sessenta e cinco atletas; Grã-Bretanha - sessenta e cinco atletas; Holanda - vinte e três atletas; Irlanda - dezoito atletas; Itália - cinquenta e um atletas; Portugal - vinte e oito atletas; Suíça - trinta e seis atletas. Estamos a falar, entre treinadores, atletas e dirigentes, de cerca de trezentos e cinquenta pessoas, que segundo a federação, era um numero muito significativo, em relação às participações das Coups anteriores.-----

----- Para além daqueles atletas, treinadores e dirigentes, já estavam confirmados, dez árbitros estrangeiros e oito portugueses. Em relação à organização, estavam a ter um bom acolhimento da parte dos parceiros, nomeadamente dos parceiros de apoio institucional, como o Governo Civil, a Região de Turismo do Centro, Figueira Grande Turismo e privados.---

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Poderiam tirar duas conclusões: o trabalho que tinha sido feito até ao momento, não valeria a pena falar sobre ele. Estavam a tentar conjugar duas lógicas, uma lógica nacional e regional, e uma lógica internacional. Prendia-se sobretudo com o facto da cobertura, quer da RTP, quer da SIC, que nos Sábados e Domingo anteriores promoveram uma dimensão suficientemente forte e grande das potencialidades da pista. Parecia-lhes estarem no bom caminho, porque os próprios parceiros que estava a consultar pessoalmente, tinham tido uma abertura fantástica e total, mesmo a própria banca. Estava certo de que iria minimizar o esforço da autarquia na produção deste evento, mas simultaneamente augurar bons pergaminhos para um futuro próximo.-----

----- Mais disse, estarem em condições de, a partir do dia quinze de Julho, lançarem uma campanha de marketing visual público, no eixo de Coimbra - Montemor-o-Velho - Figueira da Foz, Leiria - Figueira da Foz - Aveiro. Simultaneamente estavam a trabalhar no sentido de, a partir de vinte e cinco de Julho, terem um spot que pudesse passar e que de alguma forma dar o impacto que a estrutura e o evento merecem. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro, dizendo ter já assistido a três coups. A Coup era, no calendário internacional, uma das provas mais simples. Contudo, era a mais importante prova em que os atletas que participam, participam. Os atletas que participam na Coup eram os juniores, que não iam ao campeonato do mundo e que iam à Coup, não por não terem qualidade, mas por serem juniores do primeiro ou segundo ano. Esta prova, não sendo a prova das nações, era a grande oportunidade, para que, pelo menos dez países, conhecessem este destino, utilizasse este recurso e pudesse aproveitá-lo no futuro e a curto prazo até, em termos de estágio, e em termos de outros eventos. Por vezes, pensar que aquela prova era subestimável, era da opinião de que para Portugal, não o era, porque era a primeira grande prova internacional que se fazia em Portugal, em termos oficiais e em termos competitivos de remo. Daí que, todo o investimento que se pudesse fazer em termos mediáticos, em termos promocionais, preparar um pacote diferente, para oferecer a cada País, em relação a eventualidades e hipóteses de utilização. Era importante que, em Portugal houvesse uma equipa completa de remo, independentemente do resultado. Tanto mais que teriam a possibilidade de fazer o estágio na própria pista, o que era uma coisa extraordinária. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo estar muito satisfeito com o fim de semana fabuloso que tinham tido no concelho, em que se tinha visto a envolvimento das pessoas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Gostaria também de fazer referência à intervenção do senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, em que tinha demonstrado mais uma vez, que estava de alma e coração ao lado daquele empreendimento. Inicialmente estava um pouco apreensivo, mas tinha-se chegado à conclusão, que depois de uma intervenção de um elemento da Assembleia Municipal, com um comportamento de quem desconhecia a realidade do concelho e as suas necessidades, poderia ter a intervenção que tinha tido, em que o senhor Presidente tinha tido a coragem de dizer, que estava contra a posição daquela pessoa, e que estava de alma e coração naquele projecto.-----

----- Retomou novamente a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, tinham decidido na ultima reunião de Câmara, que, em relação à Tecniagra, tinham feito uma proposta que não tinha sido aceite por aquele gabinete de projectistas. Tinha recebido um officio da empresa "Vaz Serra e Associados", que era uma sociedade de advogados que dava apoio jurídico àquele gabinete, considerando que a Câmara teria que restituir àquela entidade uma soma significativa para pagar todos os projectos apresentados. Considerava que o documento teria que baixar ao sindico para que fosse dada uma leitura e que fosse feito um complemento que depois pudesse trazer à Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda:** Informou que no dia anterior, tinha sido lançado o Concurso Público, pelo Instituto de Estradas de Portugal, para o estudo prévio da variante às estradas nacionais trezentos e quarenta e um e trezentos e quarenta e sete, para o troço entre Alfarelos e Taveiro, o qual iria abrir o que tem sido uma luta política clara que este executivo tinha assumido, de que a variante que parava em Arzila, fosse completada até Montemor-o-Velho. Pensava, e de acordo com o que tinha sido dito pelo senhor Secretário de Estado, a abertura de propostas, poderá vir a ocorrer em quatro de Setembro deste ano. A partir daqui, havia uma abertura das perspectivas, de que teria que haver uma deliberação. Tinha tido a oportunidade de falar com o Presidente do Instituto de Estradas de Portugal, Eng.º Pedro Serra, a agradecer a coerência em todo este processo.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo querer acrescentar àquela saudação, também uma saudação, em especial, à Junta de Freguesia de Pereira, à Assembleia de Freguesia de Pereira e, muito em particular ao Eng.º Gois, todo o esforço, por toda a batalha que tinham travado ao longo destes anos. Quer quisessem quer não, as coisas só eram possíveis quando havia persistência. Gostaria também de dizer que aquele era um concurso para um estudo prévio e esperava que os estudos prévios pudessem vir a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

concurso, e que não alterassem o sentido que desejavam, que viesse a ter aquela via de ligação de Taveiro a Alfarelos.-----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, em relação àquele estudo prévio, teriam que depois se pronunciarem e salvaguardar a posição da Câmara. Era evidente, que se tratava de uma vitória estruturante para o Baixo Mondego e pensava ser imprescindível e tinha-o dito claramente ao senhor Secretário de Estado, que era uma questão política importantíssima e que ainda bem que tinha sido ganha por este governo social - democrata.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira:** Informou que, em relação à questão da possível instalação de uma nova superfície comercial em Montemor, tinha colocado a questão na Assembleia Municipal e ninguém se tinha pronunciado. Aquela superfície comercial, seria instalada, numa terraplanagem em frente ao Intermarché, e seria para criar uma média superfície, com cerca de mil metros quadrados, com um investimento de quinhentos mil contos, cerca de vinte postos de trabalho e quatros meses de construção.-----

----- Havia uma questão que lhe parecia clara e gostaria de ouvir a opinião de todo o executivo. O Eng.º Abel Girão tinha sido a pessoa que mais vezes tinha contactado com os próprios interessados, que já vieram à Câmara várias vezes. Não têm dado resposta, remetendo para uma análise mais cuidada, mas não era um procedimento que pudessem dilatar no tempo. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, era um suplicio assistir à reuniões da Assembleia Municipal sem poder intervir, especialmente porque haviam circunstâncias em que eram ditas coisas e eram expressadas opiniões, e nada podiam dizer. Em relação àquele questão, poderia ser visto por dois prismas, em que a Câmara Municipal ao viabilizar um projecto daqueles, vai correr o risco de ter o comércio contra e o próprio Intermarché. Parecia-lhe que, no conceito de mercearia grande, a única concorrência, que poderia haver era entre o Plus e o Intermarché, porque as pequenas mercearias em Montemor já quase não existiam. Sugeria à Câmara que fosse feito um debate com a Associação de Empresários, nesse sentido, porque esta questão não é pacífica. Se se pensar que noventa e cinco por cento das pessoas de Montemor se abastecem no Intermarché, parecia-lhe importante que houvesse uma perspectiva de concorrência, porque o Intermarché tem o estatuto de quase de exclusividade e de monopólio em Montemor, e não fazia, do seu ponto de vista, um serviço de acordo com o consumidor. Ao nível dos frescos era muito fraco e a oferta não era nada de especial. Por isso muitas pessoas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

optavam por ir à Figueira abastecerem-se. Em termos pessoais considerava que Montemor só tinha a ganhar, e se forem acautelados alguns aspectos, especialmente no comércio da vila de Montemor. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que desde há alguns anos que era contra as grandes superfícies. Aquela poderia ser uma pequena ou média superfície, mas era mais uma superfície que vinha com condições para destruir o pouco que ainda existia no concelho. Não poderiam falar só em termos de Montemor, pois havia pessoas de Pereira que se vinham abastecer ao Intermarché, pondo em causa o pequeno comércio existente no Concelho. Quanto aos postos de trabalho, nada lhe diria, pois seriam certamente postos de trabalho precários. Pensava que ao aprovar-se aquela superfície era mais uma machadada ao pequeno comércio, que tão debilitado estava. Além de se ouvir a Associação Comercial de Montemor, pensava que, em termos de Câmara, aquele assunto daria direito a mais algumas discussões. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, era da opinião que deveriam aproveitar a oportunidade para que, quanto mais não seja, para a defesa do consumidor. Aquela zona tinha sido escolhida, não por estar em frente ao Intermarché, mas por ser uma superfície pequena e por se quererem instalar numa zona que estava em expansão e onde não existia sequer comércio. Relativamente ao comércio tradicional, contrariamente ao que se podia pensar, o comércio tradicional tinha vindo a crescer, e não a diminuir, como era ideia geral. Era da opinião que deveriam apoiar aquela iniciativa. -----

----- Interveio o Vereador José Marques dizendo que, se não aceitarem aquela superfície em Montemor, ela naturalmente irá para Cantanhede ou para outro concelho limítrofe. Em relação à questão das mercearias, pensava não ser um área de conflito, porque as que existem eram as que tinham condições para competir no mercado, com as grandes superfícies. Já tinha encontrado em mercearias, produtos mais baratos do que nas grandes superfícies. Pensava não ser por isso uma área de conflito. Em relação ao trabalho precário e os vinte postos de trabalho, pensava ser melhor vinte lugares do que zero e se puderem acrescentar e trazer para o concelho mais uma média superfície que poderá, em termos de produtos, em termos de equilíbrio de preços, fazer frente a outras médias superfícies e que traga alguma vantagem para o consumidor do concelho. Por isso, pensava que seria de aceitar a proposta. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara propondo que, os Vereadores, da área do Comércio, Dr. Pedro Machado e da área das infra-estruturas, Eng.º Abel Girão que sondassem numa reunião, os agentes associados do concelho, para trocarem algumas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

impressões e depois fazerem uma auscultação de sensibilidades, porque havia uma boa amostra do que iam encontrar. Também era evidente de que se não reconhecerem institucionalmente algum associativismo naquela matéria, então deviam suportar alguma informação que pudesse parecer mais lógica. -----

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, se fizerem a pergunta ao consumidor, ele irá dizer que sim. Terão que ver a envolvimento que estará por traz de todo o processo. Hoje em dia faziam-se romarias ao fim de semana para ir fazer compras às grandes superfícies, mas o que era facto era que as pessoas acabavam por comprar aquilo que queriam e o que não queriam. -----

----- Considerava que aquelas superfícies não faziam investimentos no concelho, e disso não tinha dúvidas. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, o que pedia era que se encontrasse um debate mais alargado, em que, se tirasse algumas conclusões. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Informou que tinha sido deliberado, numa reunião de Câmara anterior, um determinado procedimento, em relação aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal, e que tinha havido alguma morosidade, por causa de recolher pareceres e por isso trazia ao executivo, para conhecimento uma informação do síndico da Câmara (documento anexo à presente acta sob o numero um). -----

----- Propunha que o Vereador Dr. Pedro Machado, juntamente com o grupo de trabalho já constituído, na próxima reunião de Câmara apresentasse uma proposta concreta, para resolução daquele assunto. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que tinha sido extremamente pressionado e acusado ao longo deste tempo, de ter sido o mau feitor desta situação. Ainda bem que aquele assunto tinha um parecer do síndico, o qual lhe parecia bastante coerente, bem formulado, porque fazia o ponto de situação sobre a própria Associação dos Trabalhadores. -----

----- Disse ainda que queria recordar uma das reuniões em que falaram sobre o assunto, tinha proposto a questão do seguro de saúde, como alternativa às compensações extraordinárias dos trabalhadores e que exonerava em certa forma o erário público. -----

----- Mais disse ficar na expectativa do que irá acontecer, na certeza porém de que, qualquer tomada de posição que venham a ter deverá contemplar o conceito de direitos adquiridos, a estabilidade da própria associação, que era legítima, e que deverá ser honrada nos seus princípios e propósitos, mas que nunca deverá passar para além daquilo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

que era razoável e eticamente aceitável, em termos da relação com a autarquia, e que era uma relação igual a qualquer outra associação que haja no concelho. Não tinha a ver só com isto, mas tinha também a ver com os princípios, que afinal, só uma componente dos objectivos da associação é que estava a ser cumprida. Era a componente da assistência, que deveria ser quase prioritária, a das actividades culturais, recreativas, sociais, lúdicas, etc. Esperava que conseguissem, entre todos, chegar a um consenso de forma a não exonerar a sua culpa naquele processo, mas considerava que não havia informação suficiente na maior parte dos trabalhadores associados àquela associação. Já tinha tido a oportunidade de esclarecer algumas das informações que tinha e que eram públicas, e a maior parte dos trabalhadores não sabia os valores que estavam em questão. Era necessário que fundamentassem a decisão que tomavam, e considerava que o parecer jurídico estava muito bom, e que se necessário, seja dado a conhecer aos associados que manifestem duvidas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- DO VERADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** - O Vereador Victor Camarneiro informou que, gostaria que o apelo feito pelo senhor Presidente na ultima reunião, de que todos estivessem em força nos Campeonatos Nacionais de Remo, não aconteceu, porque não estiveram todos. Esteve ele em força, o camarada Ramalhete, esteve um bocadinho no Domingo em foça, o Vereador Pedro Machado tinha estado no Sábado em força e o Presidente da Câmara tinha-o visto passar de barco e a dar umas entrevistas para a televisão, mas depois não tinha visto mais ninguém e alguém tinha dito que aquilo era como uma casa em que as visitas entravam e tinham ficado sozinhas em determinados momentos. Pensava ter sido importante que alguém da autarquia estivesse presente para esclarecer algumas coisas.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, como era do conhecimento geral, não lhes tinha sido cedido um espaço de atendimento, pelo que o faziam na rua. Foi-lhe colocada a questão que tinha sido falada na Assembleia Municipal, pelo camarada Joaquim Leiteiro, relativamente à reconversão das ligações de água antigas em Tentúgal, para as ligações novas, o que implicava que os habitantes tivessem que pagar os contadores e os contratos como se fossem o novo utilizador. Apelava à Câmara Municipal para resolver aquela situação.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- O Presidente da Câmara esclareceu que, na próxima Segunda feira, às dezoito horas, havia uma reunião, onde iria estar o Vereador Abel Girão, o Vereador Pedro Machado, os serviços técnicos e também o senhor arquitecto Miguel Figueira, juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Tentúgal, para tentar resolver aquela questão.

----- De qualquer maneira, alertava para a existência de um regulamento em vigor, que não permitia um determinado tipo de flexibilidade. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Vereador Abel Girão, dizendo que, a reunião que irá ter lugar incidirá essencialmente nas questões das pessoas que não conseguem fazer o contrato de água. Há pessoas que por diversas questões não conseguem fazer o contrato de água, pelo que vão tentar arranjar uma saída para estas situações. -----

----- Pensava que esta Câmara estava a fazer um acto de coragem que a Câmara anterior não tinha feito, que era o seguinte as redes de águas e as redes de saneamento foram feitas há muito tempo sem estarem em serviço. Não tinham sido feitas as ligações nem dos ramais de saneamento ou no colector, estando a acontecer que existe uma ETAR a funcionar, as estações elevatórias também estavam a funcionar e tinham os esgotos a correr ainda para as fossas. Já começaram a fazer este trabalho e agora estavam a fazer as ligações. -----

----- Irão tentar que toda a gente pudesse requisitar os seus contadores. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que quando o Grupo de Folclore de Pereira, viesse gentilmente animar Montemor, Vila, sede do Concelho, não lhes dessem uma garrafa de água e um pastel de Tentúgal. -----

----- Disse ainda que por uma questão de gentileza deveriam ter oferecido uma queijada de Pereira, pois as queijadas de Pereira precisavam também de incentivo. -----

----- Parecia-lhe que na Casa de Chá deveria ser obrigatório que a doçaria tradicional de todo o Concelho existisse à venda, uma vez não ser uma casa exclusiva de Tentúgal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Informou que, gostaria de cumprimentar todas as pessoas deste executivo, porque fazia naquele dia, exactamente seis meses que tinham tomado posse. -----

----- Gostaria de fazer uma pequena primeira avaliação (documento anexo à presente acta sob o numero dois). -----

----- Em conclusão, mesmo tendo em consideração que apenas seis meses se passaram e que não é humana nem eticamente exigível à nova maioria concretizar todos os seus objectivos anunciados, em tão pouco tempo, nota-se no entanto por parte dos seus

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

representantes uma certa forma de gestão à vista ou, melhor dizendo, a governação do imediato, sendo ainda notório da sua parte uma extrema habilidade no aproveitamento e capitalização pública de obras transitadas do anterior mandato. -----

----- Contudo, que fique claro também que, apesar das divergências políticas que efectivamente existem e do papel que cada força partidária deve desempenhar enquanto tal, inúmeros têm sido os factores de convergências e consenso no decurso dos meses que já passaram, designadamente na aprovação do Plano de Actividades e Orçamento, na Contracção de Empréstimos de Saneamento Financeiro e Específico para o centro Náutico, na conclusão das obras do referido Centro Náutico e seu cabal aproveitamento, na denuncia à forma como estão a ser concluídos os acessos à nova Ponte das lavandeiras, na alteração ao projecto do Pólo Industrial, entre muitas outras de menor ou idêntica importância.-----

----- Por ultimo, é igualmente de realçar o bom nível de relacionamento pessoal e a cordialidade – pese embora determinado e afirmativo – do debate político.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VERADOR ABEL GIRÃO -----

----- **Primeira** - Informou que relativamente à questão levantada pelo Vereador Victor Camarneiro, sobre a não presença de alguns elementos do executivo na Coup, queria dizer que não o tinha feito, pelo facto de estar doente nessa data. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VERADOR PEDRO MACHADO -----

----- **Primeira** - Informou que, irão decorrer campeonatos nacionais de remo no próximo Domingo dia sete, pelo que convidava o executivo a estar presente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, tinha estado numa reunião hoje mesmo com o senhor ex - Presidente da Organização Coimbra - Capital Nacional da Cultura, num esforço que tinha sido já anunciado, quer pelo Presidente da Câmara de que Montemor iria tirar proveito pelo que estava em primeira linha nessa negociação..-----

----- A reunião tinha dois níveis: por um lado estabelecer alguma programação conjunta, e por outro lado defender de que forma iria apontar as parecerias para a inclusão de Montemor-o-Velho na Capital Nacional da Cultura dois mil e três, que se as coisas correrem em bom ritmo, poderiam fazer já este ano aquela integração. Para isso irão haver um conjunto de reuniões, nomeadamente também a consulta aos parceiros locais, saber de que forma as organizações do Concelho estavam disponíveis e dispostas a participar. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, em relação a outro conjunto de situações que decorreram da ultima reunião de Câmara, nomeadamente na pré - programação das Festas de Setembro, irão haver um conjunto de reuniões nesse seguimento. -----

----- Disse ainda que, pretendia-se reganhar uma apetência que esta feira tinha, que era traduzida num conjunto de expositores alargado que não só dava movimento, como gerava um colorido diferente na própria organização da feira. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Respondendo ao Vereador Victor Camarneiro sobre o Festival Folclórico de Pereira, pretendia dizer que, a Câmara não faz apoios aos Festivais de Folclore para além do que está estabelecido na grelha de apoio. Houve foi uma manifestação conjunta de duas entidades que quiseram trazer os convidados que vinham dos Concelhos vizinhos a visitar Montemor-o-Velho, e que seriam recepcionados no Castelo, e pelo facto de passarem vários grupos de folclore de vários pontos do País, e sendo recebidos na Sede do Concelho, houve alguma forma de justificativo para que a Câmara pudesse receber bem em vez de dar saquinhos com postais, e outras coisas, pelo que houve um precedente. -----

----- Era um precedente que estava criado. -----

----- Disse ainda que, em relação aos pasteis e às queijadas era evidente que não estavam a querer colonizar Pereira com Pastéis de Tentúgal, da mesma forma que não queriam impor esta ou aquela situação. O que era certo era que, eram cinco grupos de folclore para o festival de Pereira e cinco grupos de folclore para o festival da Ereira. Eram dois festivais de folclore que surgiam em simultâneo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - informou que, em relação ao estarem em força na Pista, tinham estado cinco elementos da Comissão Executiva no passado fim de semana na Pista de Remo. -----

----- Desse ainda que, não substituiu a Câmara Municipal, mas tinha estado atento ao que lá se tinha passado. Tinha lá estado no Sábado, assim como o senhor Presidente da Câmara, não podendo estar no Domingo, tendo lá estado o Vereador Victor Camarneiro e o Vereador António Ramalhete, pelo que a Câmara tinha estado bem representada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Em relação á apresentação dos seis meses de executivo, pelos membros do Partido Socialista achava simpático a apreciação dos seis meses de executivo, mas também achava simpático haver seis meses de oposição. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Subscrevia a posição não só cordial, simpática e participativa dos Vereadores da oposição. Pensava que de alguma forma tinha tido um comportamento quer pessoal, quer relacional, quer político perfeitamente satisfatório e desencadeador até provavelmente de um relacionamento pessoal, que poderia estar ou não a esses níveis. A oposição foi positiva naquela parte, nesses seis meses. -----

----- Em relação à periodicidade das reuniões de Câmara, podia de alguma forma não permitir aos Vereadores da oposição que tenham feito um trabalho tão assíduo quanto aquele que seria desejável, mas teriam também mais algum tempo para preparar as intervenções de quinze em quinze dias o que significa que é sempre uma periodicidade que poderiam de alguma forma equacionar. -----

----- Quanto às expectativas e aos compromissos que, de alguma forma a oposição assumiu com o seu eleitorado, era evidente que quando se está na posição de oposição é mais difícil cumprir certos requisitos, certos compromissos, para mais que quando temos alguns anos de habituação a desenvolver uma actividade de um lado do poder, e depois quando se passa para o outro lado, era evidente que as dificuldades são crescentes. -----

----- Pensava que, o grande erro da oposição hoje era ao fim de seis meses ter feito uma leitura de quatro anos e tê-la reduzido aos pontos que lhe interessa, mas estavam certos que se tivessem que puxar do trabalho feito teriam hoje ali, nas questões essenciais para o Concelho, e pensava que o Senhor Presidente da Câmara se o quisesse fazer estava em condições disso, para a própria comunicação social, fazer o mandato aos seus seis meses de mandato nas questões essenciais, que são as questões globais do Concelho, pensava que havia mestria, solidez, substância e um trabalho de fundo que, de alguma forma tem sido conseguido. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, não iria tecer nenhuns comentários, e até porque tem exercido a Presidência de alguma forma extremamente "apartidária", equitativa, não queria através de uma circunstância que para si, do ponto de vista temporal não contava, para si o factor temporal eram os três anos e dez meses de gestão que ainda faltavam. -----

----- De qualquer maneira, interpretava muitas das questões que ali estavam, e sem a menor hipocrisia naquela matéria, achava-a importante, porque uma das questões delicadas de quem tem uma maioria era o autismo onde pode cair. Dentro do que tem sido aqueles seis meses havia sem sombra de duvidas um entendimento funcional, havia questões claras de estratégia, que para si não passavam de um documento filosófico bem elaborado, passavam sobretudo por dois ou três tentáculos fundamentais que esta nova

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

maioria tem que apresentar, e que ele próprio já reconheceu em várias circunstâncias que, em termos temporais se calhar no ultimo quadrimestre deste ano vão ter mais que oportunidade para serem apresentadas. -----

----- Uma estruturação adequada dos Serviços Internos da casa, é basilar, uma revisão programada, discutida e assentada de um Plano Director Municipal, outro pilar básico, estes dois, um por uma filosofia de recurso, e o outro por uma filosofia de planeamento, eram estratégias clara, e o terceiro por uma coisa que o primeiro responsável pela bancada da oposição disse, e que achava que era perfeitamente importante, foi que ao aprovarem num plano de actividades este ano, no contexto que aprovaram, quer queiram quer não deram desde já nuances claras de uma estratégia. Faltavam as acções que iriam tipificar aquela mesma estratégia de uma forma mais sólida, e dentro daqueles aspectos considerava que o ultimo quadrimestre deste ano iria ser basicamente importante para que isso se venha a verificar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- E sendo catorze horas e trinta minutos, a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às dezasseis horas. -----

-----GABINETE DE PLANEAMENTO INTEGRADO E APOIO JURÍDICO -----

----- 1 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO ---

----- HISTÓRICO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- O Presidente deu conhecimento de uma informação do Técnico Superior de Arquitectura, Miguel Figueira, dizendo que o referido Plano, cuja elaboração estava confiada à equipa do extinto GTL, não estava concluído, encontrando-se há longa data praticamente parado. Efectivamente, o envolvimento do GTL em outros projectos, independentemente da sua pertinência, desviou a equipa do cumprimento daquele objectivo maior.- -----

----- O documento já foi alvo de uma análise preliminar pela CCRC (Eng.ª Leonídia), ainda como acompanhamento, mas tão pouco entrou na fase de solicitação dos pareceres necessários, conforme previsto na legislação sobre esta matéria. Acreditava que seria possível concluir o Plano até ao final do ano, desde que esta atribuição transitasse para o GPIAJ, onde se encontram parte dos técnicos responsáveis pelo processo, e conquanto a conclusão dos arranjos urbanísticos se verifique em Setembro, conforme previsto – dada a dimensão e complexidade da intervenção em Montemor-o-Velho o seu acompanhamento tem concentrado muito do trabalho desenvolvido pelo corpo técnico. --

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Atendendo à recente transformação em curso, em Montemor-o-Velho e à necessidade urgente de recuperação do seu conjunto edificado, parecia imperativo que se desenvolvessem os esforços necessários no sentido de concluir o Plano e torná-lo eficaz, por forma a viabilizar a correcta transformação do Centro Histórico, sob pena de o investimento efectuado, resultar apenas, em benefício de poucos, não assegurando o necessário efeito catalisador de um processo de desenvolvimento colectivo, certamente com efeito multiplicador, atendendo à localização estratégica de Montemor-o-Velho. -----

----- Em conclusão: dada a situação em que se encontrava este processo, o investimento publico realizado neste território e a evolução decorrente da transformação dos sistema urbano envolvente (nomeadamente, no que concerne às novas acessibilidades ou instalação de equipamentos de larga escala, como era o caso da Pista de Remo), qualificamos como prioritária a implementação do Plano por forma a capitalizar o trabalho desenvolvido e os investimentos efectuados em benefício do Concelho. -----

----- Interveio Vereador Victor Camarneiro dizendo que estava perfeitamente de acordo, mas estava preocupado se este executivo conseguirá levar esta obra a cabo até final do mandato. Os seus camaradas anteriores fizeram o que está à vista, este projecto ficou órfão porque os Técnicos encarregues tiveram outras incumbências, ao mesmo tempo, mas pensava que aquilo que tinha sido feito tinha sido bem feito. Neste momento era preciso dar continuidade à obra que tinha sido bem feita. -----

----- Disse ainda que, esta obra se não for continuada a curto prazo não valia nada. -----

----- Pensava que, em nome da dignidade do Concelho a Sede do concelho deveria ser concluída nesta base. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a feitura do Plano Urbanização de Salvaguarda do Centro Histórico de Montemor-o-Velho, sob a responsabilidade do GPIAJ. -----

----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

----- 1 - ASSEMBLEIA DISTRITAL - LEGALIZAÇÃO DE ----- ----- PROPRIEDADES -----

----- Foi presente um ofício da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, a dar conhecimento da necessidade de legalização de alguns terrenos, cuja propriedade era da Assembleia Distrital. (documento anexo à presente acta sob o numero três). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que, a Assembleia Distrital, naquele momento, era um órgão funcional, com algumas dificuldades e que apenas estava a administrar algum património, extremamente valioso, e que, para prejuízo de Montemor, não estava localizado nas fronteiras do nosso município. Estavam noutros municípios, estavam a ser fruidos, em termos de utilização, por muitos utentes específicos, por instituições, por organismos e era evidente que não seria a melhor circunstância de gestão daquele património. -----

----- Por parte do Senhor Presidente da Assembleia Distrital, Dr. Carlos Encarnação, foi confrontada a distinta assembleia, da hipótese de vir a optar por uma alienação daquele mesmo património, de forma a poder definitivamente criar-se outras condições de financiamento e gestão. -----

----- A proposta, e porque necessita de autorização quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal, era que a Assembleia Distrital pudesse alienar, ceder ou doar alguns daqueles espaços. -----

----- Naquele caso concreto, estava em causa a questão de Miranda do Corvo, mas tinha-lhe sido pedida, qual a filosofia defendida, pelo executivo de Montemor-o-Velho em relação ao património da Assembleia Distrital. Em relação àqueles assuntos, considerava que em primeira instância, todo aquele património era por lei, de todo o Distrito. Não veria de uma forma lesta e passiva, que seja conferida autorização para uma alienação, que não pressuponha uma contrapartida visível, que seja depois possível afectar a todos os municípios que integram o distrito. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a Assembleia Distrital, para além de um valor imobiliário, tinha também um valor muito grande, pelo que se poderia propor a criação de uma fundação. Havia património em degradação porque a Assembleia Distrital não tinha dinheiro para a sua recuperação. -----

----- Mais disse concordar com a posição manifestada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que em relação às propriedades em Semide, nada tinham a opor à sua alienação. Quanto à filosofia da Assembleia Distrital aguardarão, de uma forma clara e transparente qual a aplicação daquelas mesmas verbas pecuniárias, importâncias que venham a resultar daquela gestão de alienação patrimonial, de forma a poder ser transversal e aplicável a todo o Distrito. -----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

-----O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

-----2 - SERVIÇO DE SEGURANÇA INTEGRADA - FORNECIMENTO --- ----- DE SERVIÇOS - CONSULTA PRÉVIA -----

----- Foi presente uma informação dos serviços relativa ao programa de Consulta Prévia - Prestação de Serviços de Segurança Integrada (documento anexo à presente acta sob o numero quatro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Aprovar os elementos necessários para abertura de concurso para o fornecimento dos serviços em epigrafe. -----

----- Dois - Lançar através de consulta prévia, nos termos da alínea a) do numero três do artigo oitenta e um, do Decreto Lei numero cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- Três - Nomear uma comissão que será constituída do seguinte modo:-----

----- Abel da Silva de Oliveira Girão, Eng.º - Vereador - Presidente-----

----- Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.ª - Directora de Departamento de Administração Geral, Vogal - que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos. ----

----- Arménio Manuel Pereira Rodrigues, Dr. - Técnico Superior de Contabilidade - Vogal----

----- Quatro - que se convidem os seguintes fornecedores:-----

----- Securitas, S.A.-----

----- A.S.F.- Soc. Serviços de Vigilância e Alarmes, Lda.-----

----- Servisegura, Lda. -----

----- Vipresse, Lda.-----

----- Prosegur -----

----- Grupeme, Lda. -----

----- SVS - Soc. De Vigilância -----

----- VINSA Segurança-----

----- Cinco - Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº -

----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre dezanove de Junho a três de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.-----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia vinte de Junho e o dia quatro de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número seis), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia quatro de Julho do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de um milhão quinhentos e oitenta e três mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos e em Operações de Tesouraria duzentos e cinquenta e seis mil trezentos e oitenta e seis euros e sete cêntimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 3 - FORMALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A CEDÊNCIA DE ---

----- ÁREAS, A TÍTULO ONEROSO, DESTINADO AO PROJECTO DE ---

----- REESTRUTURAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA FRENTE URBANA-----

----- SUL/NASCENTE DE MONTEMOR-O-VELHO, ESTRUTURA -----

----- VIÁRIA E ACESSIBILIDADES - ARRANJO URBANÍSTICO DO ---

----- LARGO MACEDO SOUTO MAYOR E VARIANTE -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente a formalização das condições para cedência de áreas, a título oneroso destinado ao Projecto de Reestruturação e Valorização da frente Urbana sul/nascente de Montemor-o-Velho, estrutura viária e acessibilidades - arranjo urbanístico do Largo Macedo Souto Maior e variante (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade alterar o acordo outorgado em Dezembro de dois mil e um, denominado "Acordo de Execução de Trabalhos", que passará a ter a seguinte redacção: -----

----- "Primeiro - O munícipe José Manuel de Jesus Paixão, cede onerosamente ao Município de Montemor-o-Velho, as áreas necessárias para implantação da nova variante à

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

rua Tenente Valadim, contiguas às edificações de apoio à actividade agrícola existentes no seu prédio. -----

----- Segundo - Por sua vez o município de Montemor-o-Velho, fornece gratuitamente o projecto de "reestruturação de edificações de apoio à actividade agrícola", executado pelo G.T.L., e o respectivo licenciamento municipal de obras com isenção do pagamento da correspondente taxa. -----

----- Terceiro - O Município de Montemor-o-Velho pagará ao referido munícipe a título de indemnização, a quantia de 30.000 (trinta mil) euros, obrigando-se este, por sua conta e risco, a executar todos os trabalhos, descritos na memória descritiva e respectivas peças desenhadas que fazem parte integrante do projecto executado pelo G.T.L. respeitando as regras e artes da boa construção. -----

----- Quarta - O pagamento da quantia referida no artigo antecedente, será efectuado da seguinte forma: -----

----- a) Com a assinatura do documento que formalize o presente acordo, pagará o Município de Montemor-o-Velho, a quantia de 15.000 (quinze mil) euros; -----

----- b) Após a conclusão de todas as obras constantes do projecto e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o Município pagará a restante quantia de 15.000 (quinze mil) euros; -----

----- Com o referido pagamento considera-se o munícipe pago de toda e qualquer indemnização, nada mais tendo a reclamar ou a exigir por tal cedência. -----

----- Quinto - O Município de Montemor-o-Velho, fica desde já autorizado a entrar no prédio e efectuar as demolições que entender necessárias à execução da obra de construção da variante, em curso. -----

----- Sexto - A obra ficará concluída no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias." -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - REVISÃO NUMERO 1 AO ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2002** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços relativa à Revisão numero 1 ao Orçamento para dois mil e dois, que ficou como documento anexo à presente acta sob o numero oito). -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo haver dois ou três factores relevantes: -----

----- Primeiro: os serviços tiveram aqui uma situação de lapso, que pensava ser perfeitamente natural para quem estava a utilizar dois sistemas de contabilidade em paralelo. Tinham introduzido o novo sistema este ano (POCAL), aprovaram um Plano e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

Orçamento em Abril, e os serviços começaram a recuperar toda a parte do ano económico, mas que dizia respeito, de Janeiro até àquela data que estavam inscritos numa forma contabilística diferente daquela que o POCAL hoje exigia. Aqueles dois sistemas estavam a ser gradualmente compatibilizados no novo sistema no POCAL, recuperando todo o processo contabilístico anterior. Dentro daquele procedimento, verificaram ter havido uma incompatibilidade no novo plano, através de rubricas da receita, que estavam mais desagregadas do que na anterior e que obrigavam, no caso de venda ou alienação de património, a ter que ir a outra rubrica orçamental específica naquela matéria que não era aquela que existia no plano anterior. -----

----- Por uma questão de clara legalidade e, de exigência jurídica naquela matéria, deviam proceder à alteração daquelas rubricas orçamentais, promovendo aquela primeira revisão ao orçamento. -----

----- A Lei era bem clara, e conferia a hipótese de fazerem quantas revisões fossem necessárias, porque o que pretendiam e que considerava, de uma forma até redutora, era que tivessem orçamentos o mais reais possíveis, e tudo o que fosse receitas, se fosse necessário, acrescentar-se-ia em termos do Plano, porque teriam a respectiva contrapartida, em termos da sua execução de despesa. -----

----- Segundo: não queria ver aumentado o global da receita orçamental, para que cada vez se aproximassem da base real e que aquela receita fosse reavaliada no que tinham sido optimistas. -----

----- Terceiro: ficava previsto, e porque os serviços tinham considerado que, talvez em Setembro, fosse melhor, era que deviam proceder a uma revisão ao Orçamento, em baixa, em termos concretos, para que não tenham problemas no próximo ano, face ao contexto em que estavam a trabalhar, com as restrições orçamentais, embora de alguma forma, estivessem salvaguardados, por terem visto aprovados os empréstimos atempadamente, aquela matéria não irá ser tão penalizante como noutros municípios. -----

----- Com base naquele contexto, pedia à Câmara autorização para aprovar aquela primeira revisão, que de um certo ponto de vista financeiro, era gratificante porque estavam a pedir para "encaixar" receitas e não onerar despesas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento para dois mil e dois. -----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

-----5 - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: -----

----- "Considerando que, nos termos do artigo um do Código da Contribuição Autárquica, aprovado pelo Decreto Lei numero quatrocentos e quarenta e dois-C barra oitenta e oito de trinta de Novembro, "a contribuição autárquica é um imposto municipal que incide sobre o valor tributável dos prédios situados no território de cada Município, dividindo-se, de harmonia com a classificação dos prédios, em rústica e urbana". -----

----- Considerando que, de acordo com o estabelecido no numero um do artigo dezassete do mesmo Código, cabe aos Municípios definir anualmente a taxa aplicável aos prédios urbanos de entre os limites constantes da alínea b) do numero um do artigo dezasseis (zero vírgula sete por cento a um vírgula três por cento) na nova redacção dada pela Lei numero cinquenta e dois-C barra noventa e seis de vinte e sete de Dezembro, e comunicar a decisão da Assembleia Municipal à Direcção Geral das Contribuições e Impostos até trinta e um de Dezembro, conforme dispõe o artigo dezassete do Decreto Lei numero quatrocentos e quarenta e dois-C barra oitenta e oito de trinta de Novembro.-----

----- Considerando que, esta Contribuição tem justificação, correspondendo o seu pagamento à contrapartida dos benefícios que os proprietários recebem com obras e serviços que lhe são prestados por parte da Autarquia. -----

----- Proponho que, a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no numero um do artigo dezassete do Código da Contribuição Autárquica, opte pela taxa de um por cento para a contribuição autárquica sobre prédios urbanos, para o próximo ano e que submeta a deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do mesmo artigo" (documento anexo à presente acta sob o numero nove). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aplicar a taxa de um por cento à Contribuição Autárquica sobre os prédios urbanos, para o próximo ano. -----

----- Mais deliberou submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 6- DERRAMA-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: -----

----- "Considerando que, de acordo com o disposto no numero um do artigo décimo oitavo da Lei numero quarenta e dois barra noventa e oito de seis de Agosto, os Municípios podem lançar uma derrama até ao máximo de dez por cento da colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, abrangidas pela taxa prevista no numero um do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

artigo Octogésimo do Código do IRC, na parte relativa ao rendimento gerado na respectiva circunscrição.-----

----- Considerando que, a Câmara Municipal tem vindo a proceder ao longo dos últimos anos ao lançamento de derramas, cujo produto tem constituído uma importante fonte de financiamento de despesas de investimento de interesse concelhio. -----

----- Considerando que, para o próximo ano e à semelhança de anos anteriores o lançamento de uma derrama afigura-se indispensável ao cumprimento dos programas de melhoramentos a levar a efeito. -----

----- Submeto à apreciação da Câmara Municipal nos termos da alínea f) do numero 2 do artigo cinquenta e três do Decreto-Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, a presente proposta a apresentar à Assembleia Municipal para o lançamento em dois mil e três da seguinte derrama: -----

----- Oito por cento da colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ao abrigo do artigo dezoito da Lei numero quarenta e dois barra noventa e oito, de seis de Agosto. -----

----- O produto desta derrama será aplicado no Desenvolvimento Económico (Pólos Industriais) e Infra Estruturas Desportivas/Educação. (Piscina Municipal)-----

----- Ao ser aprovada, esta deliberação deverá ser comunicada ao Director de Finanças do Distrito de Coimbra, até trinta e um de Outubro do corrente ano, conforme dispõe o numero três do artigo dezoito da Lei numero quarenta e dois barra noventa e oito, de seis de Agosto" (documento anexo à presente acta sob o numero dez).-----

----- Usou da palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, em relação ao Polo Industrial, há dois anos aquela verba tinha sido canalizada para o referido Polo, e lembrava-se perfeitamente, de haver a preocupação, de saber se iria ser realmente canalizada, uma vez que, não existia Polo Industrial na altura. Aquela situação vinha-se a arrastar porque já, a mesma verba tinha sido canalizada, para o mesmo fim. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a sua posição de início, em relação, quer à Contribuição Autárquica, quer à Derrama, tinha a ver com a continuidade do comportamento que tinham tido. Num primeiro ano de mandato, em que estavam todos numa fase de afirmação a novas políticas, a novas práticas, não lhes parecia agora oportuno, nem ajustado, para estarem a colocar algumas questões. Parece-lhe que, na perspectiva do que tinha vindo a ser decidido neste executivo, a manutenção dos valores não penalizava, até desagravava um pouco, e por isso, admitiam que no futuro se fizesse uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, lançar uma derrama de oito por cento da colecta do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, abrangidas pela taxa prevista no número um do artigo sessenta e nove do Código do IRC, na parte relativa ao rendimento gerado na respectiva circunscrição, sendo o seu produto aplicado em Desenvolvimento Económico (Pólos Industriais) e Infra Estruturas Desportivas/Educação. (Piscina Municipal).-----

----- Mais deliberou submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Deliberou ainda dar conhecimento desta deliberação, ao Director de Finanças do Distrito de Coimbra até trinta e um de Outubro do corrente ano, conforme dispõe o número três do artigo dezoito da Lei número quarenta e dois barra noventa e oito, de seis de Agosto, caso a deliberação venha a ser aprovada pela Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **7 - PEDIDO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL - MERCADO MUNICIPAL** -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente uma informação dos serviços, na qual dava conhecimento que o adquirente da loja numero vinte e um do Novo Mercado Municipal, Orlando Martins Carreira, solicitou a cessão da posição contratual da mesma, para o nome de Marcelo Martins Manata. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade autorizar a transmissão da posição contratual a Orlando Martins Carreira, devendo os serviços proceder à formalização do aditamento ao contrato promessa de compra e venda realizado em dois de Abril de dois mil e um.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **8 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITOS DE REFORÇO --- DE CAUÇÃO PARA SEGURO DE CAUÇÃO** -----

----- O Presidente da Câmara informou que a Firma Monte & Monte, S.A. solicitou a substituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada da "Pista de Remo - Construção" (documento anexo à presente acta sob o numero onze).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços deliberou por unanimidade substituir os depósitos de reforço de caução pelo documento apresentado.----

----- **1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** -----

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO** -----

----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre dezanove de Junho e três de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número doze).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido vinte e um de Junho e quatro de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número treze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE -----

----- LOTEAMENTO/SOLUÇÃO URBANÍSTICA, REQUERIDO POR ----

----- ANTÓNIO RODRIGUES AVEIRO, PARA O PRÉDIO SITO EM-----

----- CARAPETOS, FREGUESIA DO SEIXO - PROCESSO 6/2001 -----

----- Foi presente o processo referente ao pedido de licenciamento em epígrafe acompanhado de uma informação/parecer técnico numero duzentos e trinta que aponta para a aprovação da solução urbanística apresentada com as condicionantes apontadas no referido parecer, e que irá constar como documento anexo numero catorze).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação/parecer técnico dos serviços, deliberou por unanimidade aprovar a solução urbanística, com as condicionantes apontadas no referido parecer.-----

----- 3 - PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE-----

----- EDIFICIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR, NA -----

----- URBANIZAÇÃO SR.ª DO DESTERRO, FREGUESIA E CONCELHO-

----- DE MONTEMOR-O-VELHO, REQUERIDO POR FOZNETO, -----

----- CONSTRUÇÕES, L.DA, PROCESSO 27/2001 (LOTE E) - -----

----- ALTERAÇÃO DE PORMENOR -----

----- Foi presente o pedido de licenciamento em epígrafe, acompanhado de uma informação/parecer técnico numero duzentos e onze barra zero dois, segundo a qual se constata que a proposta apresentada a implantar no lote E, inserido no loteamento com alvará de loteamento numero um, de onze de Abril de dois mil, no tocante à área de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

construção setecentos e vinte e três virgula sessenta metros quadrados, excede a de setecentos e vinte metros quadrados permitida pelo referido alvará de loteamento (documento anexo à presente acta sob o numero quinze). -----

----- Contudo, os serviços informam que se trata de uma variação de área de construção inferior a três por cento, sem aumento do numero de fogos, e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no P.D.M., pelo que nestas circunstâncias, considera-se alteração de pormenor conforme o estipulado no numero cinco do artigo trinta e seis, do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e oito barra noventa e um, de vinte e nove de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero trezentos e trinta e quatro barra noventa e cinco de vinte e oito de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero vinte e seis barra noventa e seis, de um de Agosto, pelo que pode ser autorizada por simples deliberação de Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação/parecer técnico dos Serviços deliberou por unanimidade aprovar a alteração verificada.-----

----- **4 - PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----**
EDIFICIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR, NA -----
URBANIZAÇÃO SR.^a DO DESTERRO, FREGUESIA E CONCELHO -----
DE MONTEMOR-O-VELHO, REQUERIDO POR FOZNETO, -----
CONSTRUÇÕES, L.DA, PROCESSO 28/2001 (LOTE D) - -----
ALTERAÇÃO DE PORMENOR -----

----- Foi presente o pedido de licenciamento em epígrafe acompanhado de uma informação/parecer técnico numero duzentos e dez barra zero dois, segundo a qual se constata que a proposta apresentada a implantar no lote D, inserido no loteamento com alvará de loteamento numero um de onze de Abril de dois mil, no tocante à área de construção setecentos e vinte e três virgula sessenta metros quadrados, excede a de setecentos e vinte metros quadrados permitida pelo referido alvará de loteamento (documento anexo à presente acta sob o numero dezasseis). -----

----- Contudo, os serviços informam que se trata de uma variação de área de construção inferior a três por cento, sem aumento do numero de fogos, e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no P.D.M., pelo que nestas circunstâncias, considera-se alteração de pormenor conforme o estipulado no numero cinco do artigo trinta e seis, do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e oito barra noventa e um, de vinte e nove de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero trezentos e trinta e quatro barra noventa e cinco de vinte e oito de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

vinte e seis barra noventa e seis, de um de Agosto, pelo que pode ser autorizada por simples deliberação de Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação/parecer técnico dos Serviços deliberou por unanimidade aprovar a alteração verificada.-----

----- 5 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO-----

----- NUMERO 7/86, DE 19/12/86, REQUERIDO POR ANTÓNIO -----

----- DOS SANTOS TAVARES - PROCESSO NUMERO 2/2002 -----

----- Foi presente o processo referente ao pedido acima mencionado, acompanhado de uma informação/parecer técnico numero duzentos e vinte e cinco barra dois mil e dois, que aponta para aprovação da alteração apresentada com as condicionantes apontadas na referida informação/parecer, e que consta como documento anexo à presente acta sob o numero dezassete.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação/parecer técnico dos Serviços, deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao alvará de loteamento numero sete barra oitenta e seis, requerido por António dos Santos Tavares, com as condicionantes apontadas pelos mesmos.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 6- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA OPERAÇÃO DE-----

----- LOTEAMENTO, REQUERIDO POR LOUSÁVILA - SOCIEDADE DE -

----- CONSTRUÇÕES, L.DA - PROCESSO NUMERO 1/2002-----

----- Foi presente o processo de licenciamento acima mencionado, acompanhado de um parecer técnico, que aponta para o indeferimento do pedido de operação de loteamento, pelo facto de operação a realizar não se confina à categoria de espaço urbano, não cumprindo portanto o princípio geral estabelecido pelo artigo quarenta e um do Decreto-Lei numero quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero cento e setenta e sete barra zero um, de quatro de Junho. -----

----- Nessa sequência foi o requerente notificado nos termos do CPA para apresentar a sua defesa, o qual através da exposição registada sob o numero mil quatrocentos e setenta e dois, de catorze de Maio de dois mil e dois, veio alegar que o citado prédio se localiza em espaço urbanizável de Montemor-o-Velho, inclusivamente que tinha sido emitida uma certidão comprovativa da classe de espaço em nome de Vasco Augusto Rodrigues da Gama, anterior proprietário do referido prédio.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Em face da referida exposição apresentada em vinte e oito de Junho de dois mil e dois, o referido processo foi novamente submetido a análise técnica, sendo reiterado na integra o parecer anteriormente emitido.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao parecer técnico dos Serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer desfavorável ao pedido de operação de loteamento requerido por Lousávila – Sociedade de construções, L.da. -----

----- **7- PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE**
EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLECTIVA, EM ARAZEDE, -----
REQUERIDO POR ANTÓNIO JÚLIO DE SOUSA MEDINA - -----
PROCESSO NUMERO 39/02 -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa saber da possibilidade do requerente, na qualidade de proprietário, poder construir um edifício de habitação colectiva num terreno sito em Arazede. -----

----- Na sequência da análise efectuada no âmbito do numero um, do artigo catorze, do Decreto-Lei numero quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero cento e setenta e sete barra zero um, de quatro de Junho, os serviços prestaram informação de que a pretensão merece parecer favorável com as condicionantes apontadas, conforme documento anexo numero dezoito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base no parecer dos serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia para construção de edifício de habitação, requerido por António Júlio de Sousa Medina, com as condicionantes apontadas pelos mesmos.-----

----- **3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----**

----- **3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS-----**

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----**

----- **1- CASAS PRÉ-FABRICADAS (SANTO VARÃO E GATÕES) - -----**

----- **MUDANÇA DE LOCAL COM REINSTALAÇÃO - PROJECTO, -----**

----- **PROGRAMA DE CONCURSOS E CADERNO DE ENCARGOS - -----**

----- **ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----**

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezanove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

-----Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Isabel de Jesus Mauricio Quinteiro - Engenheira Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária-----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Isabel de Jesus Mauricio Quinteiro - Engenheira Civil-----

----- António Manuel Mauricio Quinteiro – Técn. Prof. Esp. Princ. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2- ER 335 - LAVARIZ AO LIMITE DO CONCELHO DE** -----

----- **CANTANHEDE - KM 40+458 E KM 53+113 - PEDIDO DE** -----

----- **PRORROGAÇÃO DE PRAZO**-----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a treze de Maio de dois mil e dois e término a trinta e um de Agosto do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- AMPLIAÇÃO DE RABT NA FREGUESIA DE CARAPINHEIRA -** --

----- **CASAL DO MATO - ORÇAMENTO DA EDP**-----

----- No seguimento do pedido de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia da Carapinheira, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de cento e oitenta e sete euros e cinco centimos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia participar no custo dos referidos trabalhos com a importância de oitenta e seis euros e quatro centimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de oitenta e seis euros e quatro centimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

-----4- AMPLIAÇÃO DE RABT NA FREGUESIA DE CARAPINHEIRA - - -----BOLETA - ORÇAMENTO DA EDP-----

----- No seguimento do pedido de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia da Carapinheira, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de trezentos e cinquenta e nove euros e treze centimos. -----

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia participar no custo dos referidos trabalhos com a importância de cento e sessenta e cinco euros e vinte centimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de cento e sessenta e cinco euros e vinte centimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

-----5- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS-- ----- MUNICIPAIS: (FREGUESIAS DE SANTO VARÃO E PEREIRA) --- ----- NOMEAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços o seguinte funcionário:-----

----- António Manuel Maurício Quinteiro – Téc. Prof. Esp. Princ. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear o agente de fiscalização atrás mencionado para a obra em causa.-----

-----6 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS----- ----- POVOAÇÕES (FREGUESIA DE MONTEMOR) - TRABALHOS A ---- ----- MAIS -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais/Imprevistos referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e um. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Um – Aceitar o preço proposto pelo empreiteiro, no montante de dez mil novecentos e oitenta e quatro euros e trinta cêntimos.-----

----- Dois - Autorizar os trabalhos atrás mencionados no montante global de dez mil novecentos e oitenta e quatro euros e trinta cêntimos, pelo prazo de nove dias.-----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 7 - POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- No seguimento da deliberação de Câmara tomada em vinte e um de Junho do corrente ano, pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara foi apresentada uma proposta para a alteração do Polo Industrial em epígrafe. -----

----- Depois de alguma discussão sobre o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Que os Serviços da DOSU contactem o empreiteiro adjudicatário da obra actual (Polo Industrial) no sentido de averiguar em que condições concorda com a resolução do contrato.-----

----- Dois – Que os Serviços da DOP através do Senhor Arquitecto António Pinheiro juntem uma estimativa de custos para a alteração da solução urbanística em causa.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 8 - ELECTRIFICAÇÃO DO LUGAR DE N. SR.^a DOS OLIVAIS -----

----- TENTÚGAL - ORÇAMENTO DA EDP -----

----- Foi presente um orçamento da EDP, S.A. no montante de trinta e seis mil e quarenta e quatro euros e treze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal, para levar a efeito a electrificação do lugar de N. Sr.^a dos Olivais em Tentúgal. -----

----- Compete a esta Autarquia comparticipar em cinquenta por cento do orçamento acima referido a que corresponde o valor de dezoito mil vinte e dois euros e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Autorizar os trabalhos em epígrafe e conseqüentemente o seu pagamento à EDP, S.A., no montante de dezoito mil vinte e dois euros e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 9 - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS ---

----- MUNICIPAIS - FREGUESIA DE ARAZEDE - TRABALHOS A MAIS

----- E A MENOS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais referente à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e dois.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Autorizar o pagamento dos trabalhos a mais com preços na proposta inicial, no montante global de noventa mil trezentos e oitenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal, considerando o prazo de execução destes trabalhos, diluído no prazo de execução da empreitada.-----

----- Dois – Tomar conhecimento dos trabalhos a menos no montante de oito mil cento e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos.-----

----- Quatro – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial.-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.**-----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.**-----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.**-----

----- **1 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS**-----

----- **PROLONGAMENTOS DA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS**-----

----- **FREGUESIAS DO CONCELHO - ACÇÃO 2 - PROGRAMA DE**-----

----- **CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA**-----

----- **APROVAÇÃO**-----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e três.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “ Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Engenheiro Técnico Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária -----

----- “ Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Engenheiro Técnico Civil -----

----- Maria Isabel Cunha S.P.C. Castanho - Engenheira Técnica Civil -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 1 – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA CASA DE CHÁ, SITA NO--
----- PAÇO DAS INFANTAS, NO CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO
----- PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS -----
----- ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

----- Foi presente para aprovação, o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, para Concessão da Exploração da Casa de Chá e Esplanada, sita no aço das Infantas, no Castelo de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e quatro).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Aprovar os elementos em epigrafe e lançar de imediato, através de Concurso Público, a Concessão da Exploração da Casa de Chá e Esplanada, sita no Paço das Infantas, Castelo de Montemor-o-Velho. -----

----- Dois - fixar o preço de dois euros e cinquenta cêntimos, acrescido do IVA, à taxa legal, para fornecimento dos elementos do processo.-----

----- Três - Nomear o júri de concurso nos termos do Decreto-Lei numero cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho, e que terá a seguinte constituição: -----

----- Vereador Pedro Machado, Dr. - Presidente -----

----- Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a - Directora de Departamento de Administração Geral - Primeiro Vogal Efectivo -----

----- Helena Maria Vaz Silva Marques, Dr.^a - Consultora Jurídica do IPPAR - Segundo Vogal Efectivo -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Suplentes:-----

----- Ana Célia Parente, Dr.^a - Técnica Superior de Direito-----

----- Luis Miguel Freitas Figueira da Silva - Arquitecto-----

----- Substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, a Vogal Efectiva, Dr.^a Maria Celeste Castela-----

----- Quatro - Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2 – COMUNICAÇÃO SOCIAL "OPINIÃO REGIÕES" -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um ofício da "Opinião - Comunicação Social", no qual dava conhecimento do envio de um novo contrato, no valor de mil quatrocentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos.-----

----- Aquele assunto tinha sido já discutido entre o anterior Governador Civil e um produtor para a Televisão Independente, neste caso o Grupo Opinião, para fazer um trabalho sobre o Distrito de Coimbra e apresentar um programa, que irá "para o ar" a partir de Outubro, de divulgação e promoção dos diferentes concelhos do Distrito. Para além das imagens que deverão ser promocionais e ao mesmo tempo divulgadoras das riquezas dos Concelhos, deverá haver também alguma informação mais sucinta, daquilo que serão as áreas de maior intervenção, no curto e médio prazo dentro do Concelho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o novo contrato no valor de mil quatrocentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3 – PROJECTO "A LINGUA ESTRANGEIRA, A MAGIA DOS SONS" -----

----- - PRIMEIRO CICLO-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços, na qual referia que a Escola Secundária de Montemor-o-Velho, iria desenvolver o projecto "A Língua Estrangeira ou a Magia dos Sons", aprendizagem de Línguas Estrangeiras nas escolas do primeiro CEB, a iniciar no próximo ano lectivo dois mil e dois - dois mil e três (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e cinco). -----

----- Aquela experiência irá começar por contemplar as escolas do primeiro CEB da Freguesia de Montemor-o-Velho: Torre, Moinho da Mata, Quinhendros e Montemor, podendo vir a alargar-se futuramente a outras escolas do Concelho.-----

----- Assim propôs a atribuição à Escola Secundária de Montemor, de um apoio no valor de quatro mil euros, que deverá ser formalizado através de um acordo, que posteriormente será assinado.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- 4 – LANÇAMENTO DE LIVRO DE POESIA -----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi presente uma informação, a dar conhecimento de que a Câmara Municipal, pretendia fazer o lançamento de um livro de poesia, de Manuel Maria Teixeira, residente em Bebedouro, da freguesia de Arazede, para o qual se propõe o co-financiamento para a publicação de quinhentos exemplares, sendo o melhor orçamento, apresentado pela firma Gutenberg - artes gráficas, Lda., no valor de mil oitocentos e setenta euros. A Câmara financiaria o valor de mil trezentos e setenta euros, e a Junta de Freguesia de Arazede o valor de quinhentos euros. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade co-financiar a publicação do livro de poesia, de Manuel Maria Teixeira, residente em Bebedouro, da Freguesia de Arazede, no valor de mil trezentos e setenta euros. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 5 – PUBLICAÇÃO FACSIMILADA DOS FORAIS DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de uma informação dos serviços acerca de uma publicação facsimilada dos Forais de Montemor-o-Velho, a qual consta como documento anexo à presente acta sob o numero vinte e seis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o orçamento (estimativo), no montante de vinte seis mil e quinze euros, para fazer face às despesas ocorridas com a publicação facsimilada dos Forais de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1 – CONSTRUÇÃO DA PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO DE REMO (AÇUDE DE JUSANTE) - ANÁLISE DAS PROPOSTAS -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e um de Junho do corrente ano, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte e sete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Monte & Monte, S.A., pelo montante de cento e vinte e dois mil quinhentos e setenta e seis euros e sessenta cêntimos acrescido do IVA à taxa legal. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**-----

-----**1 – PEDIDO DE TRANSPORTE ESCOLAR**-----

---- *“Ficha de candidatura a transporte escolar do aluno Luis Miguel Seíça Dias”*.-----

----- Sobre o assunto em epígrafe, foi prestada informação pelos serviços administrativos, que consta anexa ao presente processo.-----

----- A Câmara após ter analisado o caso, deliberou por unanimidade atribuir transporte participado em cem por cento ao supramencionado aluno, em virtude de estar inserido numa turma especial, pelo que necessita de transporte escolar até à Segunda semana de Julho.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2 – ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DOS TRANSPORTES ESCOLARES**-----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento da acta da reunião do conselho Consultivo de Transportes Escolares, realizada no dia dez de Abril de dois mil e dois, bem como do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo dois mil e dois barra dois mil e três (documentos anexos à presente acta sob o numero vinte e oito).-----

----- A Câmara após ter analisado o caso, deliberou por unanimidade aprovar a acta da reunião do Conselho Consultivo dos Transportes Escolares, bem como o Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo dois mil e dois/dois mil e três.-----

-----**3 – PROPOSTA PARA RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2002**-----

----- O Vereador do Pelouro informou que, na reunião ordinária de vinte e seis de Abril de dois mil e dois, tinha sido apresentada uma proposta de aquisição de um imóvel, destinado ao realojamento de uma família, residente no lugar e freguesia de Santo Varão.-----

Contudo, por lapso, a referida proposta, não mencionava a identificação do proprietário do imóvel a adquirir. Neste sentido, propõe-se a rectificação da referida deliberação, passando a constar que a aquisição será efectuada a Rosa Maria Martins Fernandes, residente na rua das Parreiras, numero vinte e três, na freguesia de Montemor-o-Velho.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que gostaria de colocar duas questões relacionadas com a Educação e com a freguesia de Verride:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

----- Uma, era o facto da Junta de Freguesia de Verride, há dois anos não receber as devidas contrapartidas pelos pagamento das refeições do Jardim de infância, uma vez que a Câmara tem protocolos com a DREC ou com a Segurança Social.-----

----- A segunda questão, tinha a ver com a preocupação que o Presidente da Junta de Verride manifestava, relativamente às obras do Jardim de Infância, na parte que não tinha sido intervencionada. Aquele Jardim de Infância, servia também crianças de Ereira e Vila Nova da Barca. Numa reunião em que tinham estado presentes, o Presidente da Junta, o Vereador do Pelouro, os serviços e um representante da DREC, tinham chegado à conclusão, que não faria sentido, terem uma parte nova e terem uma outra parte, em condições muito precárias. Depois de um orçamento muito mais elevado, a obra tinha ficado em cerca de dois mil e quatrocentos contos. Gostaria de ter alguns esclarecimentos, relativamente àquelas questões. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de rectificação da deliberação da reunião ordinária de vinte e seis de Abril de dois mil e dois, de acordo com o proposto pelo Vereador do Pelouro.-----

----- INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Esteve presente o munícipe João António Cação Oliveira, residente em Rua Infante D. Pedro, Montemor-o-Velho, dizendo que na citada Rua, tinha sido colocado um sinal de sentido proibido, o que para ele e para os demais moradores, era um transtorno, uma vez que se viesse do lado do Castelo teria que ir dar uma volta enorme, ou desrespeitar o sinal, solicitando a resolução daquele assunto. -----

----- O Presidente prestou os devidos esclarecimentos, dizendo ainda que iria tentar arranjar uma solução o mais breve possível. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezassete horas e quinze minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Julho de 05

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a